

Carlos Alberto Carmona
(Coordenação)

Arbitragem Brasileira na Era da Informática

Um Estudo das Principais Questões Processuais

Gabriel Herscovici Junqueira

COLEÇÃO ATLAS DE ARBITRAGEM

© 2015 by Editora Atlas S.A.



Capa: Leandro Guerra

Composição: Lino-Jato Editoração Gráfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Junqueira, Gabriel Herscovici

Arbitragem brasileira na era da informática : um estudo das principais
questões processuais / Gabriel Herscovici Junqueira. -- São Paulo :
Atlas, 2015. -- (Coleção Atlas de Arbitragem / coordenação Carlos
Alberto Carmona)

Bibliografia.

ISBN 978-85-97-00021-4

ISBN 978-85-97-00022-1 (PDF)

1. Arbitragem (Direito) – Leis e legislação – Brasil 2. Documentos
eletrônicos 3. Informática 4. Processo civil – Brasil – Automação I.
Carmona, Carlos Alberto. II. Título. III. Série.

15-04038

CDU-347.918(81)(094)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil ; Arbitragem e informática : Leis : Direito processual civil
347.918(81)(094)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total
ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos
direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994,
de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*



Editora Atlas S.A.
Rua Conselheiro Nébias, 1384
Campos Elísios
01203 904 São Paulo SP
011 3357 9144
atlas.com.br

Sumário

Apresentação, xi

Prefácio, xiii

1 Introdução, 1

- 1.1 Apresentação, 1
- 1.2 Terminologia, 9

2 A Convenção arbitral eletrônica, 11

- 2.1 Introdução, 11
 - 2.1.1 Arbitrabilidade das relações consumeristas, 14
- 2.2 Registro eletrônico da convenção arbitral, 17
 - 2.2.1 Estipulação “por escrito”, 20
 - 2.2.2 Documento apartado referido, 30
 - 2.2.3 Contratos de adesão, 33
 - 2.2.4 Compromisso por termo nos autos, 34
 - 2.2.5 Instrumento público eletrônico, 35
- 2.3 A manifestação da vontade eletrônica, 36
 - 2.3.1 A manifestação da vontade pela troca de *e-mails*, 38
 - 2.3.2 A manifestação da vontade por aceitação de termos disponibilizados *online*, 50
 - 2.3.3 Formação das convenções arbitrais eletrônicas, 56
- 2.4 Conclusões, 57

3 A sede da arbitragem eletrônica, 60

- 3.1 Introdução, 60

- 3.2 Conceito de sede, 62
 - 3.3 Importância da sede, 65
 - 3.3.1 Definição da lei aplicável à disputa arbitral, 65
 - 3.3.2 Definição do juízo estatal competente para auxiliar a arbitragem, 69
 - 3.3.3 Definição da validade da sentença arbitral, 72
 - 3.3.4 Conclusões, 74
 - 3.4 Critérios definidores da sede, 77
 - 3.4.1 Territorialidade, 77
 - 3.4.2 Deslocalização, 78
 - 3.4.3 Vontade das partes, 80
 - 3.4.4 Conclusões, 82
 - 3.5 A sede na arbitragem virtual, 82
 - 3.5.1 Territorialidade, 83
 - 3.5.2 Vontade das partes, 84
 - 3.5.3 Deslocalização, 85
 - 3.5.4 Sede especial, 85
 - 3.5.5 Conclusão, 86
 - 3.6 Conclusões, 87
- 4 O procedimento arbitral informatizado, 89**
- 4.1 Introdução, 89
 - 4.2 Os recursos tecnológicos disponíveis à arbitragem, 94
 - 4.2.1 Programas e sítios eletrônicos de gerenciamento de casos, 94
 - 4.2.2 A videoconferência, 99
 - 4.2.3 Digitalização, transferência de arquivos e comunicação eletrônica, 100
 - 4.2.4 Salas e fóruns de “bate-papo”, 101
 - 4.2.5 Apresentações informatizadas, 101
 - 4.2.6 Programas para pesquisa, elaboração de peças etc., 101
 - 4.2.7 Uso do computador para perícias, 102
 - 4.3 Licitude, eficácia, eficiência e conveniência, 102
 - 4.3.1 Programas e sítios eletrônicos de gerenciamento de casos, 103
 - 4.3.2 A videoconferência, 106
 - 4.3.3 Digitalização, transferência de arquivos e comunicação eletrônica, 112
 - 4.3.4 Salas e fóruns de “bate-papo”, 123
 - 4.3.5 Apresentações informatizadas, 124
 - 4.3.6 Programas para pesquisa, elaboração de peças etc., 125
 - 4.3.7 Conclusão, 126
 - 4.4 Confidencialidade e segurança, 127
 - 4.5 A igualdade das partes, o contraditório e a ampla defesa, 132
 - 4.5.1 A igualdade das partes no procedimento arbitral informatizado, 133
 - 4.5.2 Contraditório e ampla defesa no procedimento arbitral informatizado, 141

4.6 Futurologia imprevisível, 145

4.7 Conclusões, 150

5 O documento eletrônico enquanto fonte de prova na arbitragem, 153

5.1 Introdução, 153

5.1.1 Vocabulário jurídico, 155

5.2 O documento eletrônico, 157

5.2.1 Conceito e funcionamento, 157

5.2.2 Natureza jurídica, 160

5.3 Admissibilidade, 166

5.3.1 Prova atípica, 166

5.3.2 A prova ilícita, 167

5.3.3 Autonomia da vontade, 169

5.3.4 Considerações práticas para admissão na arbitragem, 171

5.3.5 Excesso de admissibilidade?, 180

5.4 Valoração – autenticidade e integridade, 189

5.5 Conclusões, 199

6 O computador como perito ou *expert witness*?, 201

6.1 Introdução, 201

6.2 O perito e o *expert witness*, 203

6.2.1 O perito, 203

6.2.2 O *expert witness*, 209

6.2.3 O perito vs. o *expert witness* na arbitragem, 210

6.3 O computador, 212

6.4 Admissibilidade, 215

6.4.1 Prova atípica, 216

6.4.2 Prova ilícita, 216

6.4.3 Autonomia da vontade das partes, 217

6.4.4 Relevância da prova, 218

6.4.5 Da imparcialidade, neutralidade e independência dos especialistas, 220

6.5 Valoração, 226

6.6 Conclusões, 232

7 A sentença arbitral eletrônica, 234

7.1 Introdução, 234

7.2 A sentença arbitral tradicional, 236

7.3 Lícitude do proferimento de sentenças arbitrais eletrônicas, 238

7.4 Homologação da sentença arbitral eletrônica, 244

7.5 Conclusões, 250

8 Conclusões, 251

Referências, 267